



Em boa verdade, a Crónica do Condestável, na sua forma original, é pouco menos que ilegível para os leitores pouco versados no português da Idade Média. Mas a figura de Nun'Álvares possui tão grande interesse nacional e humano, e o pequeno livro tal relevo, como primeiro monumento da historiografia portuguesa, que dá-lo à estampa em linguagem acessível a todos os leitores constitui, sem dúvida, obra meritória.

Posto isto, que nos absolve do intento, vejamos quanto à realização. Não deixa de ter espinhos a tarefa. A Crónica do Condestável possui para um leitor de hoje, com seus encantos, alguns senões. Respira toda ela, é certo, uma graça espontânea e primitiva, irmã, na arte, desses painéis dos séculos XIV e XV, cujos pintores procuram, tacteando, dar aos novos estados de alma individuais ou colectivos uma expressão idónea. Os traços gerais do retrato do Condestável, certos movimentos íntimos do herói, pequenos quadros de introdução, pinta-os o autor anónimo da Crónica (que não é de certeza Fernão Lopes) com viveza e flagrância inexcelsíveis. Mas quando do individual passa ao colectivo, e tenta descrever batalhas e colocar a figura em meio da multidão activa e fervente de paixão, sente-se que ao cronista faltam as forças para tanto. A acção esvai-se. A multidão emudece. E dir-se-ia que o cavaleiro, enlouquecido, batalha no vácuo.

Impotente para representar a perspectiva da vida, tão-pouco possui a técnica, rudimentar em história, de relacionar os acontecimentos com o tempo. Em toda a Crónica do Condestável não figura jamais a indicação do ano, a que se referem os factos relatados. O autor aponta-nos por duas vezes a idade do herói; afora isto, uma que outra vez o dia da semana ou a festa do santo respectivo, e, quiçá uma única vez, o dia do mês.

Assim, o que a Crónica perde como história, ganha como poesia. Conto lhe chama o próprio autor, por vezes. E tal deveria contar-se a vida de Nun'Álvares, desfigurada já pela imaginação do povo, flutuando entre a verdade e a lenda, nas noites de Inverno, às lareiras patriarcais de Entre Tejo e Guadiana e de Entre Douro e Minho. Conto e canto da rapsódia dos feitos portugueses daquele tempo, tão pródigo em pelejas e grandes actos singulares, passa por vezes qualquer coisa de homé-

rico em seu relato, ao mesmo tempo simples e robusto.

Acresce que o cronista, escrevendo para um público a quem eram correntes os traços capitais da história do seu tempo, dá como subentendidos certos factos, cujo conhecimento se torna hoje indispensável para a compreensão do texto.

Perante esta maneira sui generis de escrever a história, se história se lhe pode chamar, que fazer? A tarefa consistia em realizar um compromisso entre duas necessidades. De um lado, pareceu-nos que era dever nosso ser fiel ao espírito e à letra do cronista, conservando, tanto quanto possível à inteligência universal do texto, essa fragrância rústica e profunda de flor dos montes, que lhe vem do arcaísmo do conceito e da linguagem. De caso pensado conservamos, pois, na nossa translação certas palavras, elocuições e até formas de construção antiquadas, que ajudassem a evocar o ambiente

rude, épico e místico, em que se move o herói. Por outro lado, à continuidade lógica e viva do relato, dentro de uma linguagem que reúna o sabor arcaico à compreensão actual, tornava-se necessário acrescentar, aqui e além, alguns factos que explicassem os seguintes, e até um que outro traço indispensável à pintura de certos acontecimentos, cuja evocação, sem isso, ficaria incompleta para o leitor moderno.

Foi o que neste e naquele caso procurámos fazer com parcimoniosa discrição, sem nos iludirmos sobre as grandes dificuldades de reunir num só corpo o espírito de uma época e as exigências da outra, separadas as duas por cinco séculos, que são as que medeiam entre ti, leitor de hoje, e o cronista de antanho.

Paris, Agosto de 1935.

JAIME CORTESÃO.